



História e políticas para formação de professores em nível universitário: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santa Catarina

*History and policies for teacher training at university level:
the Philosophy, Science and Language & Literature College
of Santa Catarina*

Celso João Carminati^[a], Camila Porto Fasolo^[b]

^[a] Doutor em educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, com estágio *sandwich* na Università degli Studi di Milano (Itália), professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, SC - Brasil, e-mail: cjcarminati@hotmail.com

^[b] Especialista em Políticas Públicas, com ênfase em Gestão Governamental, técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), Brasília, DF - Brasil, e-mail: camilafasolo@gmail.com

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa sobre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) de Santa Catarina. As análises levam em consideração

o contexto das políticas educacionais dos anos de 1960, a constituição histórica e os fundamentos que vicejaram no interior da faculdade, tomando por base o modelo de formação de professores defendido por intelectuais como Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. As abordagens aqui apresentadas são resultantes de levantamento bibliográfico e de entrevistas que realizamos com ex-professores e ex-alunos da faculdade. O modelo de formação que articulava as diversas ciências, a Filosofia e Letras, mais o plus da educação foi alterado pela reforma universitária n. 5.540/68, uma vez que instituiu o ciclo básico, modificou o arranjo dos cursos dentro da universidade, desmontando o desenho institucional vigente desde a década de 1930, consolidando uma visão funcionalista de formação de professores.

Palavras-chave: Políticas. Formação. Faculdade. Educação.

Abstract

This article aims to present the results of a research about the Philosophy, Sciences and Language & Literature College (FFCL) of Santa Catarina. The analyses take into consideration the context of the educational policies of the 1960s, the historical status and the foundations that flourished within the college, based on the model of teacher education advocated by intellectuals such as Fernando de Azevedo and Anísio Teixeira. The approaches presented here derive from literature review and interviews we conducted with former professors and former students of the college. The training model that articulated the various Sciences, Philosophy and Language & Literature, plus education extra were was amended by university reform N. 5.540/68, as it established the basic grade, changed the arrangement of courses within the university, dismantling the institutional design in force since the 1930s, and consolidating a functionalist view for teacher education.

Keywords: Policies. Training. College. Education.

Introdução

O ensino superior brasileiro ainda ensaiava seus passos iniciais nas primeiras décadas do século XX, embalado por novas políticas

educacionais e impulsionado pela abertura das primeiras universidades. A constituição e o papel dessas instituições na formação da intelectualidade e do corpo docente dos diversos níveis de ensino no País fizeram com que os cursos de formação de professores ocupassem um lugar importante na discussão. Neste contexto, aos poucos, foram sendo constituídas as primeiras diretrizes com vistas à formação de professores em nível universitário.

Em Santa Catarina, essa realidade somente se consolidou na década de 1960 após a unificação das faculdades isoladas e particulares em uma universidade pública. A nova configuração mudou significativamente a formação de profissionais para as redes de ensino do Estado. Porém, no contexto político e educacional articulado pela ditadura militar, o Estado brasileiro não tardou em articular e impor um modelo de formação que pudesse atender com maior rapidez as necessidades do mercado de trabalho. A reforma da universidade passou a ter significativo destaque, pois as mobilizações estudantis pressionavam por mais vagas nas universidades.

Foi nesse sentido que procuramos compreender os modelos de formação de professores a partir da constituição da nascente Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) de Santa Catarina. Assim, neste artigo, discutiremos os diversos aspectos decorrentes da reforma universitária e seus impactos no modelo de formação de professores, a partir do ideário que circunscreve a FFCL na recém-fundada Universidade de Santa Catarina e o processo de aglutinação das faculdades isoladas em uma universidade pública, com destaque para a importância da formação de futuros profissionais para a área da educação. Elegemos como período histórico, os anos de 1960 a 1968, pois correspondem, respectivamente, à fundação da Universidade de Santa Catarina (hoje Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC) e à reforma universitária expressa na Lei n. 5.540/68. Para fundamentar esta discussão, pesquisamos em jornais arquivados na Biblioteca Pública de Santa Catarina, em documentos oficiais do acervo da Universidade Federal de Santa Catarina e do Arquivo Público do Estado, além da realização de entrevistas com ex-professores e ex-alunos. A dificuldade de localização das fontes demonstra as precárias condições em que muitas instituições guardam as suas memórias.

Diante das exigências do governo federal, a reforma universitária foi executada muito rapidamente em Santa Catarina, implantada de forma a executar na área da educação um ensino voltado para a profissionalização, sob uma perspectiva tecnicista do trabalho pedagógico, tomando esta visão como eixo central para a formação do professor.

A Universidade de Santa Catarina

Em Santa Catarina, o número de vagas no ensino superior era bastante reduzido nas primeiras décadas do século XX. Sua primeira faculdade, a de Direito, criada em anos anteriores, foi oficializada por decreto estadual somente em 1935. Outras faculdades isoladas – tais como as de Medicina, Farmácia, Odontologia, Filosofia, Ciências Econômicas, Serviço Social e a Escola de Engenharia Industrial – atendiam aos interesses das classes econômicas locais, formando e iniciando os jovens para as carreiras junto ao Estado e em profissões liberais. Somente no início da década de 1960 começaram a se expandir as universidades em regiões que não o centro político nacional, o Sudeste do Brasil. Rio de Janeiro e São Paulo se firmavam na formação de especialistas aptos a constituir parte da intelectualidade brasileira.

A Universidade de Santa Catarina foi fundada neste cenário. A opinião pública foi trabalhada para acolher as esperanças do desenvolvimento local e para formar uma elite intelectual capaz de protagonizar o processo de desenvolvimento na cidade e no estado. Desde a década de 1950, intensificavam-se as discussões acerca da importância da criação de uma universidade no estado. Além dessa necessidade local, fazer nascer uma universidade das diversas unidades isoladas de ensino superior satisfazia a política organicista e de segurança adotada no país desde o início da década de 1960.

Com o mote da necessidade de articulação entre as áreas do conhecimento, a centralização era, para além disso, um dos sentidos da modernização do aparelho estatal, que se racionalizava para aumentar a produtividade.

No ensino, isso significou medidas como a posterior instituição da terminabilidade do 2º grau, preconizada na Lei n. 5.692/71. Esse tempo pode ser mais bem expresso pelo seu primeiro reitor, o professor David Ferreira Lima:

justamente no preciso momento em que o ensino superior do nosso país passa por uma real e inteligente reestruturação e vive a data mais importante e decisiva de toda a sua história, pois ao jovem brasileiro estão sendo abertas, no presente, as portas de uma Universidade verdadeiramente do futuro, justamente quando todas as nações do globo, apreensivas e absorvidas pelo vital problema do desenvolvimento, canalizam para as Universidades a grande parcela dos seus recursos e o total das suas esperanças (SCHROEDER, 1969).

Com esse sentimento, além de atender à formação de quadros para os diversos graus de ensino, uma universidade pública estimularia os campos da cultura científica, filosófica e artística no estado, até então considerados modestos e muito dependentes ou isolados de outras regiões do País. Assim, uma faculdade de Filosofia tinha papel central no processo de aglutinação das faculdades isoladas em uma universidade, pelo fato de representar alguma integração entre elas. Da Faculdade Catarinense de Filosofia advinham nomes de destaque no cenário educacional e político local, como o do Desembargador Henrique da Silva Fontes, seu fundador e um dos grandes idealizadores da nova universidade.

Durmeval Trigueiro Mendes, no Parecer n. 209/67, do Conselho Federal de Educação, sobre a expansão do ensino superior no Brasil, mostrou-se preocupado com a difícil realidade enfrentada pelas escolas isoladas. Certamente dando indicativos de que a universidade devesse desempenhar seu papel na formação, afirmou que a escola isolada foi se tornando uma entidade cada vez mais inviável, pois estava “entregue à própria sorte sem o confronto estimulador e corretivo com o ambiente criado pelo complexo universitário. Sem meios de formar seus próprios docentes, é muito difícil não resvalar na estagnação” (MENDES, 2006, p. 76).

Sobre essa importante questão, indicando o início da futura universidade, o padre Francisco Bianchini, professor da Faculdade Catarinense

de Filosofia e chefe do Departamento de Filosofia, destaca que “veio do Rio de Janeiro o professor Lodi, na época ministro da Educação. Na Faculdade de Direito, na Rua Esteves Júnior, os professores fundadores tomaram posse, assinaram o protocolo com todas as cerimônias, etc., e começou a federalização” (BIANCHINI, 2005, p. 3). Mas as faculdades unificadas mantiveram suas estruturas curriculares, seu funcionamento, corpo docente, funcionários técnico-administrativos e as dependências físicas, até o término das construções na cidade universitária. As alterações iniciais foram de ordem institucional.

A FFCL foi a primeira unidade a instalar-se no câmpus da Trindade, o que se deve, em grande parte, ao obstinado entusiasmo de Henrique da Silva Fontes. Essa transferência aconteceu em 1961. A escolha do local, porém, data de 1953 (SCHROEDER, 1969). O governo do Estado havia comprado a fazenda-modelo Assis Brasil, no bairro da Trindade, para a construção do câmpus universitário. Posteriormente, pelos termos da Lei n. 2.664, de 20 de janeiro de 1961, a área foi doada ao governo federal, que deu continuidade à obra, mas também foi motivo de muita polêmica na imprensa.

Está na cara que Santa Catarina não poderá construir um conjunto de estabelecimentos de alto custo, parcela federativa do minguado orçamento, e onde, quando se paga em dia, o que nem sempre ocorre, o salário de um professor primário não atinge ao de uma simples cozinheira (BARBOSA, 1959a).

O colunista Renato Barbosa já se havia manifestado a respeito da impossibilidade de o governo estadual manter as obras, inicialmente não financiadas pela União. Com o custeio autorizado pelo Decreto n. 554, de 21 jan. 1958, a polêmica era causada pela sua grandiosidade. As deficiências da gestão governamental de Heriberto Hulse no estado e do presidente Juscelino Kubitschek, nacionalmente, eram as principais justificativas das críticas, como se pode ver na continuação:

A universidade de Santa Catarina – e nem se discute – é necessidade imperiosa e inadiável. Entretanto, a respectiva criação pelo Estado

constitui gravíssimo erro. O Estado não tem roupa para mantê-la [...] se o nosso orçamento não comportará o funcionamento regular de uma universidade; se até os professores contratados para a Faculdade de Filosofia viverem meses seguidos com vencimentos congelados, [...] é faraônica a Trindade-city (BARBOSA, 1959b).

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras tinha o papel de formar o professor secundário em um curso de três anos. Sua estrutura curricular previa, para além da formação geral, formação pedagógica com viés cívico-filosófico. Quanto à Faculdade de Educação, porém, afirmava-se que ela era indispensável, e assim nas palavras de Evangelista (1997), para que a obra educativa em geral não corresse o risco de ser eivada por um ponto de vista exageradamente pedagógico, ou excessivamente normalista e, segundo, porque só de uma escola de altos estudos desinteressados é que pode vir as premissas dos ideais de nacionalidade.

A separação da Pedagogia dos demais cursos da Faculdade de Filosofia, no entanto, vigorou no interior da FFCL de Santa Catarina desde a sua criação e se consolidou com a reforma universitária de 1968. O modelo implantado por Francisco Campos e Anísio Teixeira a partir das reformas de 1930 distribuía esses cursos em áreas distintas, tendo o curso de Pedagogia uma estrutura departamental à parte. Previa-se um número razoável de vagas para uma cidade com pouca tradição no âmbito das ciências.

Foram previstos números fixando a grandeza da Faculdade. Os cursos de Ciências (Geografia, História, Matemática, Física, Química e História Natural) ofereceriam 200 vagas por ano, somando 800 alunos. Já os de Letras (Clássicas, Neolatinas e Anglo-saxônicas) 100 vagas que somariam 400 ao total e, por fim, Filosofia e Pedagogia somariam 50 por ano, totalizando 200 cadeiras [...]. Além disto, foram programados novos cursos para a FFCL, dado o enorme interesse de desenvolvimento do Ensino Secundário, inclusive como base para o futuro crescimento da Universidade. Por outro lado, são cursos relativamente econômicos, que não exigem grandes áreas complementares (DUARTE; MANGE, 1957, p. 61-62).

Somente aos poucos a formação de pesquisadores foi sendo constituída, uma vez que a formação de professores para as redes de ensino se tornaria mais importante. Em 1967, foi criado o curso de treinamento de professores de Ciências Naturais para o primeiro ciclo, com duração de três anos, e o de Licenciatura em Ciências. Sua estrutura estava organizada da seguinte forma: Ciências Geobiológicas, Ciências Físico-Químicas, Formação Pedagógica e Práticas de Ensino. Os alunos estudavam Didática Geral, Psicologia, Sociologia e Administração Escolar, e eram incentivados a usar experimentos nas aulas, valorizando a importância de laboratórios na faculdade. Assim como nos demais cursos, a disciplina de Formação Pedagógica era oferecida com carga horária reduzida, em decorrência da aceleração da formação acadêmica imposta pela duração reduzida dos cursos.

A formação de professores era possibilitada pela escolha da habilitação, embora no período predominassem os de licenciaturas. Um ex-aluno do curso de Matemática relata:

A primeira turma toda se formou em bacharel. Já a segunda optou por se formar em licenciatura, então alguns que se formaram em bacharelado foram terminar mais um ano e fizeram a licenciatura também. Então nós tínhamos as duas opções, claro que não dava pra dividir porque eram poucos, oito ou dez (SILVA, 2005, p. 1).

A diferença entre licenciatura e bacharelado se dava na introdução das disciplinas do Departamento de Pedagogia para os alunos da licenciatura, sem que os tópicos pedagógicos constituíssem uma diretriz de formação ao longo de todo o curso. Warde (1993, p. 136) enfatiza que o Departamento de Pedagogia “cuidava das disciplinas acrescentadas ao bacharelado e da formação daqueles quadros técnico-administrativos e professores da Escola Normal”.

O lugar da educação na universidade

As críticas ao lugar da educação na universidade são apresentadas pela análise do modelo imposto pela reforma universitária. De acordo

com Evangelista (1997), em alguns momentos, Fernando de Azevedo dividiu a formação de professores secundaristas e primários, dentro e fora da universidade, respectivamente, embora acreditasse que o objetivo do sistema de ensino deveria ser formar todos os professores universitários.

Azevedo buscou seu modelo na Europa e executou-o na Universidade de São Paulo. O diferencial de sua proposta era que a Faculdade de Educação ou Instituto de Educação deveria fazer parte da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e que ela tinha por objetivo formar profissionais para o ensino secundário. Assim, quem desejasse ser professor deveria, após ter passado por outros institutos, fazer estudos específicos na área educacional.

A preocupação maior estava na articulação entre os saberes no interior dos cursos e da faculdade, especialmente em relação à formação de professor. Já Anísio Teixeira atribuiu, em seus fundamentos, maior importância ao Ensino Superior, por defender a formação de professores para todos os graus de ensino na universidade. Diferentemente da tese de Azevedo, porém, a área da educação ficaria fora da FFCL. Formando docentes e técnico-administrativos que assumiriam as funções nas escolas, o modelo de Anísio foi o imposto pela reforma universitária. Com influência e financiamento norte-americano, a aplicação por Anísio Teixeira na universidade do Distrito Federal – Rio de Janeiro – foi imediata. Ele reunia toda a formação para o magistério em nível superior e defendia a criação de um instituto de educação que abrigasse o exercício de todos os educadores em formação: jardim de infância, primário e secundário.

A reforma universitária de 1968, empreendida pela ditadura militar, excluiu a Faculdade de Educação do interior da Faculdade de Filosofia. Uma das principais modificações estruturais, ensaiadas pelas universidades, foi o desmonte do desenho que vinha da década de 1930, “com a participação da área da educação no âmbito da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na forma como estava organizada: bacharelados, acrescidos de estudos tópicos da área da educação e o curso de Pedagogia”. Desmanchada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, “a área da Educação

deveria exercer uma função assemelhada à que antes aquela Faculdade tinha” (WARDE, 1993, p. 136).

Em Santa Catarina, em 15 de julho de 1969, a então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi desmembrada em outros centros de formação, tendo ficado a Educação separada da Filosofia, das Letras e demais ciências. O nascente Centro de Educação ficou desalojado, ocupando o prédio do Colégio de Aplicação, sendo transferido, em seguida, para o prédio do governo estadual, no centro de Florianópolis. Em decorrência da reestruturação do modelo universitário imposto pela Reforma de 1968, o recém-criado Centro de Estudos Básicos ocupou o prédio da FFCL, onde está até hoje o Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ainda conhecido por “Básico”. Em seguida, foi criado o Centro de Educação, que abrigou o curso de graduação em Pedagogia.

Considerações finais

A reforma universitária (Lei n. 5.540/68) reorganizou os cursos, as áreas do conhecimento e as disciplinas. A reestruturação do modelo universitário materializava a dita modernização do sistema de ensino como parte do aparelho do Estado brasileiro. Na UFSC, a reforma avançou com a publicação da Portaria n. 392, do reitor, de 5 de dezembro de 1966, que instituiu um grupo de trabalho para estudar como a universidade se adequaria às mudanças.

No quadro da reestruturação nacional, a UFSC foi a primeira universidade do país a efetivar a reforma. Talvez a necessidade de estabelecer um maior relacionamento com e entre as unidades, até então difícil e problemático, tenha sido a causa dessa urgência (SHEIBE, 1994, p. 54).

Diante da oportunidade de reorganizar e fortalecer-se, talvez a reitoria tenha sentido que a reforma possibilitasse a garantia de poder, embora no Parecer n. 442/66, a Câmara de Ensino Superior do Conselho Federal de Educação afirmou não pretender impor um modelo único às instituições. A intenção da reforma, segundo o parecer, era de instituir uma certa unidade de critérios de organização que pudessem assegurar,

de um lado, a unidade característica da concepção universitária e, de outro, a plena utilização dos recursos empregados na sua manutenção. Apesar disso, na prática, há quem diga que começavam-se a executar pilares já considerados obsoletos em outros países. No Brasil, em dois meses a reforma foi planejada e começaram as medidas executivas, o que, em alguns países da Europa, durou cerca quatro anos.

A reforma, aparentemente, concedeu às universidades mais autonomia para flexibilização de seus currículos. Introduziu o sistema de créditos e a semestralização permitia às universidades renovar constantemente os programas de cada disciplina, podendo adaptá-los mais facilmente às inovações de cada área. Com o tempo, porém, percebeu-se que tais medidas eram produto de uma visão funcionalista da realidade social e do pensamento, organizando a educação linearmente para o mercado e a produção. Esta, entretanto, não é a única leitura possível sobre o sistema de créditos nas universidades.

Tudo leva a crer que, mesmo com as deficiências anteriores à reforma, a formação pedagógica para os cursos de formação de professores na universidade possibilitavam uma formação mais articulada, pelo aprendizado originado do contato com outras áreas. O inter-relacionamento com a Filosofia era um dos fatores enriquecedores; a fragmentação era menor e os diálogos com a realidade científica e social, maiores. Todos os cursos da FFCL tinham como base as Humanidades, o que enriquecia a formação e firmava o papel da faculdade como centro de estudos e produtora de conhecimento e “boa cultura”.

O Centro de Estudos Básicos agrupou os núcleos comuns numa só estrutura e transferiu a parte profissionalizante e a pesquisa aplicada para os Centros de Formação Profissional. O Centro de Educação voltou-se para esta realidade, respondendo assim aos preceitos da reforma, que havia sido elaborada a partir de um modelo tecnicista do trabalho pedagógico, induzindo a formação do professor em mera instrumentalização técnica, articulado a uma visão tecnocrática por excelência.

Em função do ideário de formação presente no modelo dos seus cursos no País, as FFCLs vinham sendo vistas, desde a Reforma Francisco

Campos, na década de 1930, como órgãos indispensáveis ao funcionamento das universidades. Na Universidade Estadual de São Paulo e na Universidade do Brasil, por exemplo, as FFCLs formavam pesquisadores e quadros para o magistério secundário. O desmonte desse modelo representou “o fim de um modelo de organização de estudos, que tinha áreas isoladas de estudos de Ciência, Letras e Filosofia, o ‘*plus*’ de Pedagogia e o ‘*plus*’ da formação pedagógica do licenciado” (WARDE, 1993, p. 136). Com isso, foram criados o Ciclo Básico, obrigatório para todos os calouros, e estruturas individuais para as áreas de Educação, Comunicação e Expressão, Ciências Naturais e Ciências Humanas.

Apesar de todos os esforços para adequar o modelo da reforma às necessidades de cada área do conhecimento, a estrutura universitária implantada durante a ditadura militar pouco contribuiu para dirimir esses problemas. Aliás, como de acordo com Scheibe (1994), a separação institucional da unidade de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras resultou negativa, tendo em vista a segregação que sofreu a educação das demais disciplinas das áreas de Ciências Sociais e Humanas.

Referências

- BARBOSA, R. Demagogia cultural. **O Estado**, Florianópolis, 7 jul. 1959a.
- BARBOSA, R. Faculdade de Filosofia. **O Estado**, Florianópolis, 22 jul. 1959b.
- BIANCHINI, F. Francisco Bianchini: inédito. Florianópolis, 30 nov. 2005. Entrevista concedida a Celso João Carminati e Camila Porto Fasolo.
- BRASIL. Lei n. 2.664, de 3 de dezembro de 1955. Dispõe sobre ações judiciais decorrentes de atos das Mesas das Câmaras do Congresso Nacional e da Presidência dos Tribunais Federais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 3 dez. 1955. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1955-12-03;2664>>. Acesso em: 23 jul. 2011.

BRASIL. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 28 nov. 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: 23 jul. 2010.

BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo graus, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 12 ago. 1971. p. 6377. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75576>>. Acesso em: 23 jul. 2010.

ESTADO DE SANTA CATARINA. Decreto n. 56 de 9 jan. 1957. Documento do Estado. Fotocopiado.

ESTADO DE SANTA CATARINA. Decreto n. 554 de 21 jan. 1958. Documento do Estado. Fotocopiado.

DUARTE, H. de Q.; MANGE, E. R. de C. **Plano da cidade universitária de Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Universidade de Santa Catarina, 1957.

EVANGELISTA, O. **A formação do professor em nível universitário**: o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1934-1938). 1997. 300 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

LIMA, J. D. F. **UFSC**: sonho e realidade. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000.

MENDES, D. T. **Ensaio sobre educação e universidade**. Organização de Maria de Lourdes de A. Fávero e Jader de Medeiros Britto. Brasília: INEP, 2006.

REVISTA Institucional UFSC 45 Anos. Disponível em: <www.ufsc.br>. Acesso em: 1º ago. 2006.

SCHEIBE, L. Para repropor a prática de formação de professores na UFSC. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 12, n. 21, p. 43-72, 1993.

SCHROEDER, O. B. **Renovação do Ensino Superior**. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1969.

SILVA, A. J. Florianópolis, Santa Catarina, 14 dez. 2005. Entrevista concedida a Camila Porto Fasolo.

TONET, L. Florianópolis, Santa Catarina, 12 set. 2005. Entrevista concedida a Camila Porto Fasolo.

WARDE, M. J. A estrutura universitária e a formação de professores. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 127-148, 1993.

Recebido: 15/05/2011

Received: 05/15/2011

Aprovado: 13/08/2011

Approved: 08/13/2011